



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 31152/2013 (4 volumes e 2 anexos)

RELATOR: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha

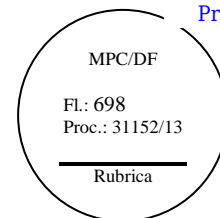
PARECER: 1090/2014 - MF

EMENTA: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF. Pregão Presencial Internacional n.º 01/2013 – registro de preços para a aquisição de dois helicópteros biturbina. Esta fase: análise de diligência e de representação. Órgão técnico sugere considerar cumprida a diligência, pela perda de objeto da representação e pelo arquivamento do feito. Parecer parcialmente convergente.

Versam os autos sobre o Pregão Presencial Internacional n.º 01/2013 – registro de preços para a aquisição de dois helicópteros biturbina.

2. Com a finalidade de facilitar o entendimento do ocorrido nos autos, a unidade técnica elaborou o quadro de fls. 676, a seguir colacionado:

Matéria examinada	Nº Informação - Sugestão	Nº Parecer MP - conteúdo	Nº Decisão - determinação
Atos do Pregão	318/13 - Arquivamento	1262/13 - Questiona especificação do objeto	6188/13 - não adjudicar; justificar modalidade e tipo de objeto
Determinações anteriores	003/14 - Cumpridas as determinações; Arquivamento	-	Sobrestada pela decisão abaixo
Representação/admissib.	017/14 - Conhecim.; diligência; sobrestar Informação 003/14	063/14 - acompanha sugestões da área técnica	388/14 - Conhecim.; diligência; sobrestar Informação 003/14
<u>Representação/mérito e diligência CBMDF e Helibras</u>	<u>066/14 - Improcedência; determ. conhecer Inf. 003/14 e arquivar</u>	279/14 - Mantém questões sobre especificação do objeto	SEACOMP solicitou autos p/ nova instrução considerando Lei 10865/04
Incidência da Lei 10865/04 e Decreto 5171/04 na matéria	134/14 - Procedência Representação; retirar aplicação do gravame	-	Despacho Singular 297/14 - Ouvir previamente o CBMDF e a Helibras
Anulação da fase de lances pelo CBMDF	351/14 - Conhecer anulação, desconsiderar documentos da fase de lances, apreciar pendências, e arquivar		



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

3. As decisões dos autos, em seu inteiro teor, mencionadas na última coluna da tabela acima, são as seguintes:

Decisão n.º 6188/13

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

- I. tomar conhecimento do Parecer n.º 1262/2013-DA (fls. 131/139 e anexos de fls. 140/207);
- II. determinar ao CBMDF que, com fulcro no art. n.º 198 do RI/TCDF, se abstenha de adjudicar o objeto, e, em caso desta já ter ocorrido, não assine o contrato, até ulterior deliberação desta Corte;
- III. determinar, ainda, ao CBMDF que, no prazo de 10 dias, esclareça:
 - a) a opção pela modalidade Pregão na aquisição dos helicópteros, tendo em vista a possibilidade de infração ao art. 1.º, parágrafo único, da Lei n.º 10.520/02;
 - b) a justificativa técnica pela escolha do tipo de aeronave, considerando que grande parte da frota brasileira de helicópteros de Corpos de Bombeiros é referente ao modelo de monoturbina;
- IV. autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Parecer citado no item I ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para conhecimento; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins, especialmente a análise do Edital de Licitação republicado no dia 08/11/2013.

Decisão n.º 388/14

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

- I. tomar conhecimento da representação encaminhada pelo representante da empresa AUGUSTAWESTLAND S.p.A., Sr. Eduardo Carneiro da Silva (fls. 377/384), e dos documentos juntados ao Anexo I, nos termos do art. 195 do RI/TCDF, conforme redação atualizada pela Emenda Regimental n.º 35, de 4 de outubro de 2012;
- II. conceder prazo de 15 (quinze) dias ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e à empresa Helicópteros do Brasil S.A. (HELIBRÁS) para que apresente os esclarecimentos que entenderem pertinentes em relação aos pontos suscitados na mencionada representação;
- III. determinar o sobrestamento da análise da Informação n.º 003/2014, relativa à análise de diligência determinada na Decisão n.º 6.188/2013, até ulterior deliberação desta Corte sobre a citada representação;
- IV. dar conhecimento desta decisão à representante;
- V. autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação e dos demais documentos à jurisdicionada e à empresa Helicópteros do Brasil S.A., para sub-



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

sidiar o atendimento ao item II; b) a devolução dos autos à Secretaria de acompanhamento, para os fins pertinentes.

4. Verifica-se, portanto, ainda vigente o item II da Decisão n.º 6188/13, consistente na suspensão cautelar do certame. Está pendente, ainda, a apreciação plenária relativa às diligências contidas no item III do mesmo *decisum*, pois a análise fora sobrestada por força do item III da Decisão n.º 388/14. Referidas diligências foram analisadas pela unidade técnica mediante Informação n.º 03/14 – 4ª DIACOMP (fls. 369/73) e pelo Ministério Público no Parecer n.º 279/14 – DA (fls. 471/80), de lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

5. O mérito da representação oferecida pela empresa AUGUSTAWESTLAND S.p.A., a que se refere o item I da Decisão n.º 388/14 foi objeto da Informação n.º 066/14 (fls. 460/7), da Informação n.º 134/14 (fls. 514/7) e do Parecer n.º 279/14-DA.

6. Nesta fase, a unidade técnica, por meio da Informação n.º 351/14 (fls. 675/83), diante do conhecimento de novos elementos, reaprecia o mérito da referida representação.

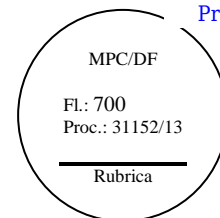
7. Em suma, a unidade técnica comunica a anulação da fase de lances do certame em tela, por iniciativa do próprio CBMDF, após reunião realizada com os servidores do TCDF. A jurisdicionada reconheceu que houve gravame indevido à licitante estrangeira na alíquota de PIS e CONFINS, frisando a inexistência de dolo ou má-fé, visto que foi utilizado o simulador do site da Receita Federal, cujas alíquotas apresentavam incorreções.

8. Também foi revisada a especificação do farol de busca da aeronave, já que na fase recursal do certame houve questionamento acerca desse equipamento, dando margem à desclassificação de uma das concorrentes.

9. O órgão técnico entende regulares a anulação da fase de lances e as alterações promovidas no Edital. Em consequência, pugna pela perda de objeto da representação em foco, por tratar do mesmo tema. Também ratifica a Informação n.º 03/14 (fls. 369/73), considerando cumprida a diligência contida no item III da Decisão n.º 388/14, além de solicitar o arquivamento do feito. Transcrevo suas sugestões (fls. 682/3):

“I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 932/2013-DEALF/Cmt.Geral, e seus anexos, informando sobre determinações contidas nos itens II e III da Decisão n.º 6188/2013 (fls. 287 a 326);
- b) do pedido da empresa Helibras para ingressar nos autos como terceiro interessado (fls. 327 a 355), deixando de decidir sobre o mérito em função



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

da anulação da fase de lances ter descaracterizado a condição de terceira interessada;

- c) do Ofício nº 384/2014-SELIC/DICOA-Cmt.Geral (fls. 658 a 669) e seus anexos, informando sobre a anulação da fase de lances do certame para correção de itens considerados prejudiciais ao tratamento isonômico e à competitividade;
- d) da reabertura da fase de lances, após a realização das correções, conforme publicação no DODF (fl. 667);
- e) do Parecer nº 279/2014, do Ministério Público de Contas (fls. 471 a 480);
- f) das Informações desta Unidade Técnica de nºs 003/2014 (fls. 369 a 373) e 134/2014 (fls. 513 a 521), por estarem ainda pendentes de apreciação, desconsiderando as sugestões nelas contidas, uma vez que serão reproduzidas nesta informação aquelas ainda pertinentes após a anulação da fase de lances;

“II. deixar de julgar o mérito da Representação da empresa Agustawestland (fls. 384), conhecida nesta Corte pela Decisão nº 388/2014, em face de a anulação da fase de lances do certame ter levado à perda de objeto; desconsiderando os documentos relacionados a essa Representação, aí incluída a Informação nº 066/2014, elaborada por esta Unidade Técnica;

“III. considerar cumpridas as determinações contidas:

- a) nos itens II e III da Decisão nº 6188/2013, diante da anulação da fase de lances e dos esclarecimentos trazidos para a adoção da modalidade do Pregão e para a escolha do tipo de aeronave;
- b) na Decisão nº 388/2014, considerando que reabertura da fase de lances se deu após correção dos pontos que, no edital anterior, prejudicavam o tratamento isonômico e a competitividade;

“IV. autorizar o arquivamento dos autos.”

10. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer. No tocante à representação, concorda o MPC com a unidade técnica, pela perda de objeto em razão dos fatos supervenientes narrados.

11. Não obstante, nos termos do §4º do artigo 21 da Lei n.º 8666/93, a alteração do Edital realizada, por afetar a formulação das propostas, exige divulgação na mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

12. Compulsando os autos, a única publicação referente à reabertura do certame é a do DODF, à fl. 667.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

13. Questionado a respeito pelo *Parquet*, o d. Diretor da 4ª Divisão de Acompanhamento, José Vitor Akegawa Pierre, prontamente providenciou os documentos de fls. 686/96, probantes da ampla divulgação exigida pelo §4º do artigo 21 da Lei n.º 8666/93.

14. Sobre as diligências contidas no item III da Decisão n.º 6188/13, lembra o Ministério Público que foram analisadas pela Informação n.º 03/14 – 4ª DIACOMP (fls. 369/73) e pelo Parecer n.º 279/14 – DA (fls. 471/80), mas ainda não tiveram apreciação pelo e. Plenário. Na ocasião, o órgão ministerial, divergindo da Instrução, demandou maiores esclarecimentos acerca da aquisição de helicópteros biturbina em detrimento dos aparelhos de uma turbina, nos seguintes termos (fl. 480):

“58. Não obstante, divergindo do Corpo Técnico, sugere-se ao Tribunal, além de manter a deliberação constante do item II da Decisão 6.188/13, determinar ao CBMDF que esclareça, por meio da respectiva documentação comprobatória:

- “a) quantas aeronaves do Corpo de Bombeiros do DF sofreram acidentes bem como a causa dos mesmos;
- “b) se houve algum ferimento ou óbito, ou ainda, que alguma ocorrência não pudesse ser atendida, em razão da falta de equipamento (aeronave) adequado;
- “c) quantas ocorrências deixaram de ser atendidas em razão de insuficiente potência dos atuais helicópteros;
- “d) qual a distância máxima que o Corpo de Bombeiros teve que percorrer, até a presente data, para o atendimento de ocorrências.”

15. Em face do exposto, o Ministério Público, em harmonia parcial com a unidade técnica, opina pela perda de objeto da representação e pela adoção das sugestões contidas no Parecer n.º 279/14-DA, transcritas no parágrafo anterior.

É o parecer.

Brasília, 20 de novembro de 2014.

**Márcia Farias
Procuradora**